

A Festa de Santo Estevão de Ousilhão e seus Agentes – Políticas Culturais e Poder Local num contexto de Mundialização Cultural

Fernando André Santos Camponês
Mestrando em Antropologia na FCSH (UNL)

Resumo: As Festas de Inverno com Máscaras são atualmente um dos principais recursos de emblematização cultural e identitária do Nordeste Transmontano. Numa sociedade rural que sofreu transformações nas últimas décadas, também as festas apresentam um formato que tem sofrido mutações, que evidenciam processos de patrimonialização, turistificação, e mercantilização cultural. Desta forma torna-se pertinente analisarmos quais os agentes estão envolvidos, e através de que mecanismos se constituem estas dinâmicas no quadro festivo presente.

Abstract: The Winter Festivities with Masks are nowadays one of the main resources of Northeast Trás-os-Montes' cultural and identity representation. In a rural society that faced transformations in the last decades, the Festivities also present changes in their configuration, which shows patrimonialisation, turistification and cultural mercantilization processes. Thereby, analysing which agents are involved and through which mechanisms these dynamics are built nowadays becomes crucial.

A presente comunicação pretende problematizar as dinâmicas sociais e políticas das Festas de Inverno do Ciclo dos Doze Dias no Nordeste Transmontano, através do caso de estudo da festa de Santo Estevão em Ousilhão¹ (Vinhais).

Atualmente as festas apresentam um formato mediatizado, turistificado, e patrimonializado, constituindo um dos principais recursos de emblematização

¹ A Festa de Santo Estêvão¹ realiza-se nos dias 25 e 26 de Dezembro, e está associada à Festa dos Rapazes, que por sua vez se integra nas Festividades de Natal do Nordeste Transmontano, e do Solstício de Inverno. Estas festas são “uma espécie de rito que assinala o ingresso dos moços na classe da idade dos adultos, composto de vários episódios dos quais, em geral são totalmente excluídas as mulheres. Elas ocorriam no Nordeste transmontano, e ocorrem ainda hoje em algumas aldeias do concelho de Bragança, entre o dia 25 de Dezembro e o dia de Reis a 6 de Janeiro” (Pereira et al, 2003:10).

cultural da região transmontana², fenómeno que tem vindo a captar a atenção dos antropólogos nas últimas décadas.

Numa sociedade que foi mudando rapidamente nos últimos anos e onde se intensificaram os fluxos de bens e saberes, com universalizações de elementos translocais, e que no contexto local transmontano se traduziu por um esvaziamento demográfico e um forte desligamento de formas agrícolas anteriores, as respostas rituais foram variadas (Godinho, 2012:54). Também as festas passaram por um processo de mudança, que espelham um novo quadro festivo com: (1) novas modalidades de celebração do património, (2) novos catálogos emblemáticos identitários, e (3) novos processos de mercantilização da cultura.

A nova concepção mediática da festa com a projeção da aldeia para um nível translocal, e com o investimento de notáveis locais nas festividades, confere a estas celebrações um momento exemplar para perceber a mudança, os seus agentes e relações entre o local e o global (Godinho, 2006:39).

O presente trabalho procura então perceber a importância dos agentes socioculturais (notáveis locais, cientistas sociais, associações locais, *media*, Juntas e Autarquias), que têm constituído papel fulcral nas novas dinâmicas das Festas do Ciclo de Inverno dos Doze Dias do Nordeste transmontano, colocando-se localmente como mediadores entre escalas.³

Olhar para tais agentes é reflectir sobre a natureza da constituição de tais festas, problematizando os trânsitos entre centro e periferia, global e local, isto é, as entidades que (re)constroem, regulam e reivindicam a “tradição” que foi ganhando novos contornos. Cruzam o edifício social não só estes agentes, mas também os meios pelos quais perpetuam as respectivas festividades, a saber: (1) as políticas culturais, e (2) relações de poder local que surgem como um lugar onde se cruzam múltiplos acontecimentos, e múltiplos protagonistas onde se cruzam então identidades e estratégias (Felizes, 2005:7), uma vez que

² “ (...) as festividades do Ciclo de Inverno constituem um dos principais recursos de emblematização cultural da região trasmontana, ilustram com particular acutilância processos de revivificação, reinvenção ou mesmo folclorização da cultura tradicional popular, simultaneamente como reconfiguração das identidades locais e tradição num contexto de mudança social e como processos de mercantilização daquela cultura, induzidos por entidades externas e/ou pelas próprias comunidades” (Costa, 2008:25).

³ “Os agentes ou os profissionais das empresas culturais e identitárias, colocam-se localmente como mediadores entre escalas, o que implica competências de tradução, linguística e cultural, e de acessibilidade, por activação de redes sociais e políticas de alcance extralocal” (Agier:2001:15).

a cultura local se assume, configura e desenvolve em vários planos articulados (Silva, 1994).

Enfatizando o papel das Câmaras Municipais⁴ (enquanto agentes), nestes processos, pretendo recorrer à utilidade analítica que constituem os poderes locais, e as políticas culturais (sobretudo as que dizem respeito ao Património Imaterial), a fim de problematizar os moldes que a referida tradição apresenta.

Por um lado, este interesse em retratar as políticas culturais e as relações de poder local, contribui para a análise da ação destes agentes/mediadores posicionados em escalas distintas (local e global), possibilitando que possamos determinar as circunstâncias em que os recursos culturais aqui presentes, são usados como forças, poderes e trunfos no espaço social em que estão em jogo, bem como a condição, posição e trajetória dos respectivos atores (Silva, 1994:62).

Por outro, quando falamos do conceito antropológico de cultura nestas festividades, não podemos ignorar a sua componente política, pois servem aos organismos de poder local interesses político-eleitorais, quem vêm naquela uma forma de veiculação simbólica/ideológica, bem como a sua aplicação (através de políticas culturais patrimoniais) poderá trazer rentabilidade económica com o aumento de fluxos turísticos.⁵

Esta dimensão política da cultura⁶ ajuda a compreender as diferentes formas e possibilidades de mediação (ou seja, o posicionamento e o papel dos agentes), o que contribui para que: “ (D)escrever culturas, se torne agora um trabalho moral, político e mesmo epistemologicamente delicado”. (Raposo, 2003:44).

⁴ A Câmara Municipal de Bragança lidera presentemente um projeto internacional das máscaras, co-financiado em 50% através da ação “Strand1”, do programa cultural 2007-2013. O projeto visa a execução/criação dos seguintes objetivos: (1) rede paneuropeia de entidades, de regiões com manifestações culturais associadas ao solstício de Inverno, (2) realização de um desfile com a participação de representações de entidades parceiras do projeto, (3) realização de conferências e seminários com a participação de especialistas dos diferentes países para intercâmbio, e (4) criação de uma exposição itinerante.

⁵ A valorização social do património cultural é então protagonizada por vários agentes locais, e em particular pelos poderes instituídos, que vêm nele oportunidades de rentabilidade simbólica, através da legitimação das suas opções políticas bem como de rentabilidade económica, mediante a utilização do património como fator de captação de fluxos turísticos e com consequências de desenvolvimento local (Anico e Peralta, 2004:9).

⁶ Esta nova agenda é imposta pela reconfiguração das relações entre cultura e política.

A antropóloga Marta Anico, ao problematizar as políticas culturais portuguesas e espanholas, afirma mesmo que.” Obviamente a cultura é sempre política e é sempre ideológica na medida em que traduz um conjunto de relações de poder, e muitas vezes «naturaliza» a ordem social e os valores culturais vigentes, mas tal não acontece de uma forma meramente hegemónica e impositiva, sendo antes fruto de um processo negocial” (Anico, 2009:61).

No congresso que se realizou em Trás-os-Montes em 1992 sob a designação “A festa Popular em Trás-os-Montes”, Vítor Alves apresenta uma comunicação com o título: “Festa Religiosa, Relações Sociais e Poderes: O Nordeste Transmontano em finais do Antigo Regime”. Nela considera que a festa não pode ser olhada independentemente do meio social e político em que se inscreve: “A festa não pode ser olhada, em caso algum, independentemente do meio social e político em que ocorre. Ela dá, com efeito, testemunho de preocupações, de ambições, de correlações de força, entre os diversos grupos que constituem a organização social em observação “ (Alves, 1995:367). Considera também que a festa é um reflexo de um conjunto de intenções de natureza política: “Encontramos uma festa que se nos apresenta como reflexo de uma civilização, de uma cultura, representando um veículo plural e multidimensional, onde, ao mesmo tempo, se projecta o reflexo de uma sociedade e o conjunto de intenções políticas dos actores que compõem a mesma” (Alves, 1995:368).

Das comunidades que organizam os festejos, a instituições promotoras e difusoras dos eventos, a mediadores culturais (etnógrafos, notáveis locais, intelectuais e artistas regionais e nacionais), aos poderes locais e regionais instituídos (eclesiásticos e civis), e ainda a diversas audiências (locais, emigrantes, turísticas, académicas ou artístico-culturais) (Raposo, 2003:46), constituem-se novas visões e apropriações sobre a festa. São estes agentes que contribuem (de formas diferenciadas é certo), para a mercadorização destes itens culturais⁷.

⁷ O pano de fundo é um contexto social em que a *cultura* apresenta um corpo de conhecimento multifacetado⁷, e um lugar conceptual que não pertence apenas a eruditos, nomeadamente a antropólogos⁷: “O monopólio da cultura aparentemente dilui-se e deu lugar a um novo cenário onde vários actores actuam, académicos, eruditos, media, políticos, mediadores locais (associações ou indivíduos), agentes turísticos e populações locais” (Raposo, 2002:2).

Para compreendermos estas transformações e o papel de tais agentes é necessário:

- a)** Compreender as dinâmicas do mundo rural como espaços que procuram novos contornos (Baptista, 2009:33);
- b)** Perspectivar o poder local como um exercício de poder onde intervêm múltiplos agentes;
- c)** Entender as políticas culturais patrimoniais como processos sociais onde se jogam duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder (Costa, 1997);
- d)** Pensar o “local” enquanto ator coletivo que produz um discurso identitário, onde se valorizam e potencializam os recursos culturais em questão;
- e)** Reconhecer que a cultura e o desenvolvimento são processos indissociáveis na (re)construção das identidades sociais e culturais (Silva, 2000);
- f)** Perceber que novas formas culturais estão a nascer no país pós-rural (Leal, 2010:136);
- g)** Investigar os cruzamentos entre formas culturais locais e processos culturais globais, ligados ao turismo, à mercantilização, ao uso de novos suportes mediáticos (Leal, 2010:137);
- h)** Compreender que cada escala de análise (local e global) manifesta uma organização interna específica, mas uma abordagem de conjunto revela que ambas estabelecem entre si relações de interdependência;
- i)** Compreender que o domínio do “social” já não é pensado como totalidade estruturada em instâncias definitivamente hierarquizadas, mas como uma teia de relações complexas, onde cada indivíduo se encontra inscrito de múltiplas formas, as quais são todas construídas culturalmente (Chartier, 1988:83);

Bibliografia

ALVES, Vitor (1995) “Festa Religiosa, Relações sociais e Poderes: O Nordeste Transmontano em finais do antigo Regime”, Actas do congresso A festa popular em Trás-Os-Montes, Bragança, Comissão Organizadora:397-375.

ANICO, Marta (2009) “Políticas da cultura em Portugal e Espanha”, *Pasos – Revista de Turismo y Património cultural*, Vol.7, nº1, pág. 57-71.

GODINHO, Paula, 2010, *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal: Património, mercantilização e aporias da “cultura popular”*. Lisboa, 10

GODINHO, Paula (2006) “As «loas» que contam uma festa: permanências e mudanças na Festa dos Rapazes”, catálogo da exposição comissariada por Benjamim Pereira, Festas com máscaras, Bragança, Museu Abade de Baçal/IPM, 25 pp.

RAPOSO, Paulo, 2003. “A Construção Antropológica de um Terreno: Performances Culturais”. In *Experiência Etnográfica e Metodologias em Ciências Sociais*, ed. Telmo H. Caria. Oeiras: Celta Editora.

SILVA, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento. Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras, Celta Editora.

SILVA, Augusto Santos, (1994), *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento.